

Erros nos Certificados de Habilidades Traduzidos por Tradutores Oficiais Moçambicanos

Errors in Certificates of Qualifications Translated by Official Mozambican Translators

Mathano Alberto Daúdo

mathanodaudo@gmail.com

Resumo: Este artigo dá a conhecer os tipos de erros de tradução que ocorrem nos certificados de habilidades traduzidos pelos tradutores oficiais moçambicanos. Trata-se de uma pesquisa com base em corpus, que tem por meta identificar erros de tradução. Além disso, a pesquisa também visa compreender as causas da ocorrência dos tais erros, e também, propor soluções capazes de evitar a ocorrência dos mesmos. O processo metodológico de corpus de textos é o principal meio de pesquisa apresentado, por ser uma boa ferramenta para identificar os erros de tradução e as suas respectivas motivações, através da comparação de textos traduzidos com os seus respectivos textos originais. A pesquisa chegou aos seguintes resultados principais (1) os erros lexicais são os que mais ocorrem nas traduções de certificados de habilidades feitas por tradutores oficiais moçambicanos; (2) o que origina esse erro é a falta das subcompetências linguística bilíngue e estratégica por partes desses tradutores.

Palavras-chave: **Erro de tradução, certificado de habilidades, tradutor oficial.**

1. Introdução

O termo “Tradução” pode ter vários significados. Ele pode referir a área em geral, o produto (ou seja, o texto que foi traduzido) ou o processo (o acto de produzir a tradução, conhecido como traduzir). Esta polissemia do termo varia de acordo com as diferentes perspetivas dos teóricos da tradução. Por exemplo, House (2018: 9, tradução nossa) define a tradução como “um processo em que um ‘Texto Original’ (TO), muitas vezes designado por ‘Texto de Partida’ (TP), é substituído por outro texto numa língua diferente, frequentemente chamado de ‘Texto de Chegada’ (TC)”.

Em função dos tipos de textos ou géneros textuais traduzidos, a tradução pode ser técnica ou científica e não-técnica ou literária (SHUTTLEWORTH & COWIE, 1997: 181). A tradução técnica é aquela que envolve a tradução de textos técnicos, entre os quais, textos legais, textos

agrários, textos sanitários, manuais do usuário (instruções ou guiões para a utilização e montagem ou instalação de aparelhos), receitas (médicas, de cozinha), relatórios, especificações técnicas. E, a tradução não-técnica ou literária pode ser definida como aquela que se ocupa pela tradução de textos não técnicos, entre os quais, textos jornalísticos, peças teatrais, romances, crónicas, contos, fábulas, poemas, novelas.

Dependentemente da área de especialidade, a tradução técnica pode ser dividida em vários tipos. Mas, só para citar alguns tipos temos: tradução legal, tradução médica, tradução agrária, tradução financeira, tradução publicitária, tradução informática. Segundo Altarabin (2021: 89, tradução nossa) “a tradução legal é uma área especial e especializada da actividade tradutória que se ocupa na tradução de textos legais”. E, texto legal “refere-se ao texto produzido ou utilizado para fins legais em contextos jurídicos” (CAO, 2007: 9, tradução nossa). Portanto, pode-se chamar texto legal a qualquer documento que tenha um conteúdo ou uma forma legal, e que seja utilizado no âmbito do direito. Concluindo, todo o texto legal produz um efeito jurídico.

De acordo com Husni e Newman (2015: 95), os textos legais podem ser prescritivos ou descriptivos, segundo a função que os mesmos têm a desempenhar na língua e na cultura de chegada. Os textos prescritivos são documentos normativos. Estes textos impõem determinadas obrigações às partes envolvidas. Fazem parte deste grupos, os tratados, os contratos, os memorandos, os estatutos, as circulares, as procurações, as licenças. Geralmente, o incumprimento das disposições dos textos legais prescritivos implica normalmente uma sanção.

Os textos descriptivos são aqueles que mesmo que o incumprimento das disposições neles constantes não consubstancie uma violação de uma norma, eles são tratados como instrumentos jurídicos. Os textos legais descriptivos podem ser divididos em: declarativos (certificados – de habilitações, de registo criminal, certidões – de casamento, de nascimento, declarações – de passagem, afirmações ou depoimentos, comprovativos, curricula, atestados, relatórios técnicos, atas, cartas – comerciais, técnicas); directivos (instruções, mandatos, directivas, procurações, pareceres técnicos); exortativos (petições, requerimentos, avisos, publicidades); expressivos (alegações, confissões); comissivos (compromissos, testamentos, cerimónias).

Um certificado é “um documento que atesta a veracidade de algo”; “um documento emitido para uma pessoa que conclui um curso”; “um documento que certifica que uma pessoa pode exercer oficialmente certas profissões”; “um documento que certifica propriedade” (*THE AMERICAN HERITAGE DICTIONARY OF THE ENGLISH LANGUAGE*, s.d., s.p., tradução nossa).

Além disso, pode-se considerar um certificado “qualquer documento jurídico, passado por pessoa qualificada afirmando ou atestando ou declarando a veracidade de um facto ou de uma situação” Costa (2008: 36). Olhando atentamente para as características linguísticas e regularidades funcionais de um certificado de habilitações, podemos resumir que ele, enquanto um género textual técnico, é um documento oficial que comprova a conclusão de um determinado nível de ensino ou formação profissional.

Segundo Albi e Ramos (2015: 1, tradução nossa), “a tradução de textos legais tem-se consolidado como uma das especializações mais proeminentes e procuradas tanto no mercado da tradução como nos Estudos da Tradução (ET). O seu âmbito e desafios têm atraído atenção crescente dos académicos”. Estes académicos têm abordado um vasto leque de questões relacionadas principalmente com os métodos e técnicas da tradução legal, os diferentes géneros legais e as dificuldades inerentes à tradução legal. Alguns aspectos importantes de orientação teórica e prática da tradução legal foram abordados por autores como Schroth (1986), Weisflog (1987), Šarčević (1989, 2007), Cao (2007, 2014), Albi e Ramos (2015), Husa (2016), Gémar (2018), Engberg (2020), Zeifert e Tobor (2021), entre vários outros.

Hoje em dia, a tradução de textos legais descritivos declarativos, em particular, os certificados de habilitações, tornou-se bastante comum devido à globalização. A globalização abriu e ampliou as fronteiras nacionais de quase todos os países, aumentado, assim, o movimento de pessoas e bens. Este movimento e o consequente contacto fez com que a educação e o mercado de trabalho também sofressem os efeitos da globalização. A globalização da educação é fruto da universalização, massificação e democratização do conhecimento, que se manifesta por meio da expansão das instituições educacionais, dos métodos de ensino e aprendizagem, e das trocas de conhecimento além das fronteiras nacionais. E, a globalização do mercado de trabalho resulta da internacionalização da economia, que esteve sempre acompanhada de uma série de transformações nas estruturas de produção do sistema capitalista, criando mais oportunidades de emprego.

Embora exista uma vasta literatura sobre a tradução de textos legais descritivos declarativos em geral, a tradução de certificados de habilitações ainda continua a ser pouco investigada em contextos académicos e profissionais. Não existem muitos estudos recentes sobre esta subárea da tradução legal. Os escassos estudos que existem, apesar de muito valiosos, são limitados a uma gama estreita de trabalhos de culminação de estudos tais como dissertações de mestrado. Este artigo é constituído por cinco secções, nomeadamente, introdução, pressupostos teórico-conceptuais, metodologia, resultados e discussão e considerações finais. A introdução contém o objectivo da investigação, a justificativa e o problema.

Os pressupostos teórico-conceptuais incluem a teoria funcionalista da tradução e a sua relação com o conceito de erro de tradução, a relação entre a competência tradutória e a proficiência profissional. A metodologia contempla todo o desenho da pesquisa incluindo a descrição do corpus. Os resultados e a discussão cingem-se na apresentação dos resultados da análise dos dados, seguida da sua interpretação. E, as considerações finais integram a síntese dos principais argumentos tratados anteriormente.

1.1. Objectivo

Esta investigação tem como principal objectivo identificar os erros de tradução comuns que ocorrem nos certificados de habilitações traduzidos por tradutores oficiais moçambicanos. Ademais, a investigação busca as causas da sua ocorrência, e por último, propõe medidas que visam fazer com que esses tradutores não voltem a cometer os mesmos erros nas traduções.

1.2. Justificação

Segundo Albi e Ramos (2015), a tradução legal tem tido muita procura nos últimos em todo o mundo, devido à globalização e ao aumento dos contactos e intercâmbios entre povos e Estados. Naturalmente, este facto faz com que haja uma necessidade crescente de tradutores legais. Paradoxalmente, apesar de haver muita produção científica sobre a tradução legal em geral, pouco se publica sobre a tradução de certificados de habilitações em particular. Isso pode se dever, em parte, ao facto de haver pouca literatura sobre a matéria, ou pode estar associado aos problemas inerentes ao estudo da estrutura do próprio género textual certificado de habilitações.

Seja como for, essa realidade inibe o acompanhamento do desenvolvimento galopante e incontornável da subárea da tradução de certificados de habilitações, pois, a produção científica tem em vista o melhoramento duma certa actividade profissional específica através da identificação de problemas, busca das causas e efeitos do problema, proposta de soluções e apresentação de recomendações e sugestões com vista a melhorias.

Moçambique é um país que não fica de fora desta toda situação. A procura dos serviços de tradução no país, acontece, geralmente, por duas razões principais, nomeadamente, equivalência e bolsa de estudo. Estatísticas do Instituto Nacional de Exames, Certificação e Equivalências (INECE) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), indicam que nos últimos quatro (4) anos, cerca de 4695 graduados em países anglófonos procuraram obter a equivalência dos seus certificados de habilitações, com o objectivo de exercício de actividade profissional. Portanto, uma média anual correspondente a

aproximadamente 1174 graduados. No entanto, para a atribuição de equivalência, é preciso que o documento esteja redigido em português, a língua oficial do país, o que implica a tradução do documento para português.

Este número, pode, *per si*, justificar, o quanto os certificados de habilitações são traduzidos no país. Julgamos que essa procura devia ser acompanhada por investigação científica; pois, essa é a melhor via para se identificar as dificuldades que os tradutores dos certificados de habilitações enfrentam, a fonte das mesmas, as suas consequências, bem como as medidas que os tradutores deveriam tomar para conter ou diminuir as tais dificuldades. E, o grande marco desta investigação está nas respostas a estas questões.

1.3. Problema

Traduzir não é uma tarefa fácil. Isto deve-se ao facto de a própria Tradução não ser uma ciência exacta. E, como tal, existe a possibilidade de, naturalmente, ocorrerem erros. As dificuldades na Tradução aumentam quando se tratar de um texto técnico, por exemplo, o caso do texto legal. É muito difícil traduzir um texto legal. Isso porque uma das principais características da linguagem do texto legal é o grau de precisão e eficácia (ENGBERG, 2020). Por isso que não é fácil para um tradutor de textos legais fazer uma tradução sem nenhum tipo de erro de tradução (ZIDAN, 2015). E, isso está relacionado com o facto de a perfeição no conhecimento de línguas não ser algo fácil de se atingir (CHOMSKY, 1986).

O certificado de habilitações é um género textual convencional que possui uma estrutura linguística muito rígida e particular. A sua linguagem é caracterizada por apresentar estruturas fixas (por exemplo, faço saber que, certifico que ou certifica-se que), frases longas e complexas, com recurso a orações subordinadas relativas e explicativas. Além disso, há o uso de figuras de estilo, sobretudo da elipse, ao nível lexical, para tornar o texto mais conciso e elegante (PEREIRA DE ALMEIDA, 2015). O grau de tecnicidade da linguagem é maior, visto que o documento inclui todas as unidades curriculares a que o estudante obteve aproveitamento, no âmbito da obtenção do nível académico.

Por isso, apesar do grande volume de trabalho de tradução deste tipo de documento no país, a sua tradução ainda continua a ser um grande desafio mesmo para os tradutores mais experientes, dado que eles têm que ter em conta, além das características linguísticas do texto, os diferentes sistemas jurídicos a que eles pertencem. Se esses tradutores têm de garantir traduções aceitáveis aos destinatários das mesmas, então eles têm também de enfrentar desafios a nível linguístico, isto é, a nível de escolhas lexicais e sintácticas. Importa frisar que estas escolhas dão lugar a erros de tradução também com o mesmo nome (WILSS, 1982). Assim

sendo, qual dos erros de tradução é comum nos certificados de habilitações traduzidos pelos tradutores profissionais moçambicanos, e por que é que eles são comuns em relação aos outros tipos de erros de tradução?

2. Breve Revisão de Literatura

A breve revisão de literatura da presente investigação versa sobre as linhas teóricas que sustentam o tema em pesquisa. De forma geral, revimos as pesquisas e discussões feitas por outros autores sobre o tema. Os conceitos centrais desta investigação, sob a óptica do que já está pesquisado por outros autores são, designadamente, o funcionalismo e erro de tradução; Modelos de Avaliação da Qualidade da Tradução (MAQT); e, a subcompetência tradutória e o desempenho do tradutor oficial.

2.1. Modelos de Avaliação da Qualidade da Tradução (MAQT) por Equivalência: Retradução

Na Linguística, a equivalência tem sido frequentemente usada para definir a Tradução como uma ciência. Por exemplo, Nida (1964, 1982) e Catford (1965) definem a Tradução em termos de relações de equivalência. Nos ET, a equivalência tem sido definida como a relação entre dois textos (KENNY, 2011). Por isso, tem sido comum usar a equivalência para avaliar essa relação. Esse modelo de avaliação tem sido considerado adequado por autores como House (2001), Colina (2008 e 2009), por objectivar o fim último do processo tradutório que é o alcance de equivalência a diversos níveis (semântico, pragmático, lexical, sintáctico, cultural, funcional), entre texto pertencentes a sistemas linguísticos e culturais diferentes. De todos os níveis, o nível de equivalência funcional é considerado o mais adequado para a Avaliação da Qualidade da Tradução (AQT), por pesquisadores como Lauscher (2000), Waddington (2001a), Angelelli (2009), House (2015) e Colina (2003, 2015). Estes autores justificam o seu posicionamento alegando o facto de o modelo colocar a função do texto no centro da avaliação. Por exemplo, se o objectivo do TP é informar os leitores, então a tradução deve ser adaptada e adequada por forma a funcionar também como um texto informativo. A unidade básica da actividade tradutória é o texto, e por isso, o que importa avaliar é a qualidade do texto, pese embora o facto de não ser menos importante avaliar também o processo tradutório, o destinatário da tradução, as ferramentas de apoio à tradução (Colina, 2015). É importante anotar ainda que nos ET, avaliar a qualidade de uma tradução implica identificar erros de tradução (Waddington, 2001b). Por essa razão, Palazuelos *et al.* (1992, *apud* Vázquez

Rodríguez, 2016: 274, tradução nossa) entendem o erro como “uma falta de equivalência entre o significado do TP e o significado do TC”.

A AQT por equivalência procede-se comparando-se dois textos, através da verificação do nível e grau de equivalência, respeitando o seu contexto sociolinguístico e cultural. Por conseguinte, de acordo com Colina (2015), existem os seguintes Submodelos de Avaliação da Qualidade da Tradução (SMAQT) com base na equivalência: retradução, reacção do leitor, orientação textual e pragmática e argumentação. Contudo, dos quatro (4) submodelos, a retradução, é o submodelo mais fácil de aplicar, além de oferecer alguma eficiência e eficácia na avaliação, na medida em que o submodelo aglutina as práticas avaliativas dos submodelos de reacção do leitor, e de orientação textual e pragmática (COLINA *et al.*, 2017).

De sublinhar que o SMAQT com base na reacção do leitor tem uma grande importância nos Estudos da Avaliação da Qualidade da Tradução (EAQT) ao destacar o papel do leitor da tradução, numa era em que o texto é visto como uma matéria-prima da Tradução. E, os SMAQT com base na orientação textual e pragmática têm um contributo significativo na área da AQT, porque por meio deles o foco passou da contagem dos erros de tradução ao nível microtextual (palavra, frase e parágrafo) apenas, para a avaliação geral da tradução na nível da sua macroestrutura textual, dando ao leitor e ao contexto social e cultural da tradução um papel muito mais proeminente no processo (COLINA, 2020).

A retradução é um MAQT com base na equivalência que se fundamenta na tradução de um Texto Traduzido (TT) de volta para a Língua de Partida (LP), e na avaliação do grau de correspondência com o TP (PYM, 2010). O objectivo principal da retradução é de avaliar a precisão e eficácia da tradução, a partir da verificação se a tradução reflecte todos os aspectos linguísticos e culturais do TO (BRISLIN, 1970, 1986), (TYUPA, 2011). Para o caso dos textos jurídicos, por exemplo, os certificados de habilitações, o uso do SMAQT por retradução para a identificação de erros de tradução, pode ser mais apropriado, porque a tradução de um certificado de habilitações exige a observância de um grau elevado de equivalência funcional, quer a nível lexical, quer a nível sintáctico e cultural. Sendo assim, uma vez que na retradução só é considerada tradução aceitável aquela em que o sentido, significado e intenção correspondem ao sentido, significado e intenção do TO, então, se houverem quaisquer discrepâncias ou inconsistências nesses parâmetros, logo conclui-se que ocorreu um erro de tradução, e portanto a tradução não pode ser aceitável.

Na secção que se segue abaixo, continuamos a aprofundar a discussão sobre esta questão de relação entre o MAQT com o erro de tradução.

2.2. Funcionalismo e Erro de Tradução

Na Teoria Funcionalista da Tradução, o erro de tradução é definido em termos da finalidade do processo ou produto da tradução (NORD, 2018). A perspectiva funcional sobre o erro da tradução foi introduzida nos Estudos da Qualidade da Tradução por Sigrid Kupsch-Losereit (1985, 1986) e desenvolvida por Höning (1987), Kussmaul (1986, 1995) e por Nord (1991, 1994b, 1996a,b). Por exemplo, Kupsch-Losereit (1985: 172, tradução nossa) também já definia o erro de tradução em termos de “uma ofensa contra: (1) a função da tradução; (2) a coerência do texto; (3) o tipo ou a forma do texto; (4) as convenções linguísticas; (5) as convenções específicas da cultura e da situação e as condições; (6) o sistema linguístico”.

Ambas as definições em si já encerram a diferença entre o erro de tradução e o erro de língua. House (1981), Gouadec (1989), Pym (1992a) e Nord (1993) estabeleceram a natureza desta importante distinção para a identificação, categorização, descrição e explicação do erro de tradução. Por exemplo, (PYM, 1992a) diz que o erro de tradução diferencia-se do erro de língua através das seguintes características: (a) causa – o erro de tradução resulta da falta ou insuficiência da competência tradutória; pois, a própria tradução já é considerada um processo de produção e selecção de melhores opções tradutórias no meio de inúmeras opções alternativas. Enquanto isso, o erro de língua é causado pela falta ou insuficiência da competência linguística; isso porque o conhecimento de uma língua depende de factores tais como a gramática, léxico, retórica; (b) efeito – o erro de tradução provoca deturpação grave à mensagem original do TP; e, o erro de língua, geralmente, não tem grandes impactos na mensagem do TC.

Ainda no âmbito de cada uma das definições funcionalistas de erro de tradução anteriores, há a inferência de que uma determinada palavra, frase ou um parágrafo, só se torna inadequado em função da finalidade comunicativa que deveria cumprir. Assim, a finalidade comunicativa constitui o centro da Teoria Funcionalista da Tradução. O objectivo ou a finalidade comunicativa é que conduz todo o processo tradutório. Ou seja, a finalidade do texto determina as estratégias e os métodos de tradução a serem utilizados para produzir um resultado com uma função adequada, isto é, correspondente ao objectivo do autor do TO e do destinatário da tradução (NORD, 2016c).

Este paradigma é perfeitamente aplicável ao caso do certificado de habilitações. Por exemplo, a função do certificado de habilitações é de comprovar a conclusão de um determinado grau de ensino ou formação profissional. Esta função deve permanecer inalterada, antes e depois da tradução do certificado. Por exemplo, a função específica de um certificado de habilitações é diferente da função específica de um certificado de formação profissional, não obstante o facto

de todos pertencerem ao mesmo género textual, e também terem a mesma função geral. Portanto, é graças a essa função que o certificado de habilitações é conhecido como tal. Ademais, o certificado de habilitações é elaborado segundo uma fórmula padrão por forma a preservar essa função.

Consequentemente, a forma e o conteúdo de um certificado de habilitações seguem uma estrutura de elaboração padrão bastante rígida. Por isso, é de grande importância compreender a função de cada tipo de certificado, antes de decidir a função que o mesmo deverá ou poderá receber na língua e cultura de chegada. Sendo assim, a missão do tradutor deve ser de adaptar o conteúdo às convenções académicas da cultura académica de chegada, e manter a forma do Texto de Partida (TP). Quer dizer, todos devem saber que, mesmo traduzido, o documento continua sendo ainda um certificado de habilitações. Por isso, o ideal do tradutor oficial na teoria funcionalista centra-se naquele que busca alcançar a equivalência funcional; isto é, tenta encontrar na língua e cultura de chegada, equivalentes tradutórios que reflectam os aspectos conceptuais representados pelas palavras, frases ou parágrafos, em vez de traduções literais que não conseguem representar as realidades da língua e cultura de chegada (NORD, 2000).

O tradutor oficial funcional recorre à tradução literal somente quando os conceitos estão alinhados, mas quando não estão, então ele deve usar equivalentes funcionais (ŠARČEVIĆ, 1997). Em outros termos, nem sempre o processo tradutório materializa-se com palavras, frases ou parágrafos precisos. Na maior parte das vezes, ele necessita de palavras, frases ou parágrafos aproximados. Por isso, o foco do tradutor funcional deve ser a função comunicativa. Todavia, pode suceder que esta função comunicativa não é a mesma que o Texto de Original (TO) pretende atingir. Nessa situação, está-se perante um erro de tradução (HOUSE, 1997). Segundo House (1977), Nord (2016a) e Reiss (2000) o erro de tradução pode ser linguístico e cultural. Por sua vez, o erro linguístico pode ser lexical e sintáctico.

Na teoria funcionalista, a avaliação da tradução com vista à identificação de erros de tradução é feita comparando-se a tradução com o seu respectivo TO, atendendo e considerando os seguintes aspectos: tipo e género de texto, função do texto (objectivo do autor, objectivo do destinatário), registo de língua (léxico, sintaxe, morfologia, pragmática, estilo, semântica), destinatário, nível e tipo de equivalência alcançado, (NORD, 1996b, 2005b). Este processo é muito importante porque ele constitui uma das práticas mais eficazes e eficientes para se determinar se uma certa tradução é correcta ou errada. E, à luz do funcionalismo, uma tradução correcta é aquela que é aceitável perante o seu destinatário. Uma tradução aceitável é aquela que cumpre o seu objectivo comunicativo, enquanto é a mais equivalente possível do original, a sua linguagem é a mais correcta, mais adequada (DERRIDA, 2004).

Também é comum na teoria funcionalista, proceder-se à categorização do erro identificado. A categorização ou a classificação do erro é feita tendo-se em conta a causa do mesmo. Assim, o erro é lexical, se o causa do mesmo for lexical; sintáctico, se a causa for sintáctica; e, cultural se a causa for também cultural. Na próxima secção, continuamos com esta discussão para explorar o que existe por trás destas causas, ou seja a competência tradutória, e a sua relação com a produção de traduções aceitáveis por parte do tradutor oficial. Isso porque de acordo com Nord (1996a) a ocorrência de erros de tradução numa tradução é geralmente um indicador de existência de problemas de competência tradutória no tradutor.

2.3. Competência Tradutória (CT) e Proficiência do Tradutor Oficial

Nos ET, a eficiência de um tradutor e a qualidade do seu trabalho têm sido frequentemente associadas ao conceito de CT (CORBELLÀ, 2008; COMISSÃO EUROPEIA – CE, 2017; ALBIR et al., 2020; e Quinci, 2023). Esta relação encontra base no facto de a CT ser considerada a reunião de atitudes, habilidades e saberes especializados imprescindíveis ao tradutor para a transposição de informações entre línguas (CE, 2017). Corbella (2008) afirma que a CT pode ser definida como um conjunto de conhecimentos que se relacionam entre si para o desencadeamento de uma série de processos mentais (processos linguísticos, resolução de problemas, etc.), com o objectivo de produção de uma tradução, que esteja de acordo com certos critérios socialmente estabelecidos.

Portanto, entende-se a partir das definições acima, que há uma relação entre ‘saber’ e ‘dever’, que se assume, *a priori*, como condição necessária para a produção de uma tradução aceitável. Isso quer dizer que existe uma relação entre a CT e a eficiência do tradutor, isto é, a qualidade de realizar a tarefa da tradução de maneira correcta. Ou seja, o tradutor só pode ser competente enquanto produzir traduções aceitáveis. E, para o tradutor ser considerado competente, ele deve ter competências necessárias para a produção de traduções aceitáveis.

De acordo com Albir *et al.* (2020) e a CE (2017), existem cinco (5) subcompetências que compõem a CT, a saber, subcompetência instrumental; subcompetência de prestação de serviços de tradução; subcompetência de resolução de problemas de tradução; subcompetência linguística e subcompetência cultural, enciclopédica e temática. Os autores relacionam a subcompetência instrumental com o uso de recursos de apoio à tradução (internet, dicionários, memórias de tradução). A subcompetência de prestação de serviços de tradução é apresentada como a que diz respeito ao funcionamento do mercado da Tradução, e ao exercício da própria profissão da Tradução, como por exemplo, negociação, organização e gestão projectos de Tradução.

A subcompetência de resolução de problemas concretos da tradução é vista como a que engloba todas as estratégias para a resolução de todo o tipo de problemas decorrentes do processo tradutório. A subcompetência cultural, encyclopédica e temática é conceituada como conhecimento cultural, universal e de áreas específicas que visam a resolução de problemas concretos da tradução. A subcompetência linguística é entendida como a compreensão da LP e LC. Portanto, quando os autores falam da compreensão da LP, referem-se à compreensão do TP através da leitura; e, quando eles se referem à compreensão da LC, querem dizer a produção escrita na LC. Quinci (2023) diz que a CT não é algo inato, mas sim, uma faculdade que é adquirida e desenvolvida ao longo de um processo consciente e contínuo de actividade profissional intensa.

3. Metodologia

3. 1. Desenho do Estudo

Este é um estudo de corpus cuja orientação é o produto. De acordo com Williams e Chesterman (2011), este tipo de estudo tem geralmente ajudado o pesquisador a identificar os problemas e erros de tradução a partir da sua análise contrastiva crítica, isto é, comparando a tradução com o seu respectivo TO. De frisar que o que nos interessou avaliar foi a tradução simplesmente, como produto final, e comentar as partes bem conseguidas e não conseguidas. Em outras palavras, o que fizemos em última instância foi, identificar os erros de tradução com base no modelo de equivalência, mais especificamente, no submodelo da retradução, explicá-los, e sugerir a sua correcção.

O submodelo focou-se nos aspectos lexicais, gramaticais e culturais do TT, procurando articular até que grau esses aspectos são equivalentes com os do TO, e o nível de equivalência atingido. Após esse procedimento, apresentou-se a frequência dos erros de tradução identificados. De seguida, os erros foram classificados de acordo com os problemas de tradução que os originaram. Assim, se por exemplo, o erro foi originado por um problema de compreensão de uma palavra do TP, então o mesmo leva o nome de erro lexical; se o problema foi de uma estrutura sintáctica, erro sintáctico, e assim sucessivamente. Portanto, os erros levaram nomes de lexicais (ELE – escolha lexical errada; FA – falso amigo; N – neologismo); sintáticos (OP – omissão de palavra; R – regência; P – pontuação; OR – ortografia; RE – redundância) e pragmáticos (SS – sem sentido, sentido distorcido) (ver tabela 1 baixo da secção 4). Mas também, o erro pode receber um desses nomes se for causado por dificuldades impostas pela compreensão do funcionamento da LC.

A explicação dos erros de tradução identificados assentou na descrição das causas subjacentes à sua ocorrência. A descrição da proveniência de um erro implica necessariamente entender aos pormenores o método de tradução seguido no processo tradutório. Conforme dissemos no ponto 2.3., os erros de tradução derivam também de problemas no processo de transferência da mensagem do TP para o TC. O entendimento desses problemas pode nos ajudar a elaborar sugestões de tradução eficientes e eficazes, e portanto, mais aceitáveis. Além disso, tal pode nos auxiliar nas recomendações que de facto podem fazer com que os tradutores melhorem a qualidade das suas traduções.

A explicação foi seguida de proposta de correcção. A proposta de correcção dos erros identificados tinha por objectivo mostrar a opção de tradução mais aceitável possível, dentre várias outras opções existentes. Esse procedimento permitiu-nos, na qualidade de investigador, a articular recomendações mais coerentes que de facto podem ter algum impacto significativo na diminuição exponencial dos erros nas traduções feitas por esses tradutores oficiais.

O instrumento utilizado na colecta dos dados foi o corpus linguístico paralelo, construído manualmente, visto ser um método eficaz e eficiente para o alcance do objectivo da pesquisa, que é de identificação de erros de tradução. Ademais, o corpus linguístico paralelo auxilia o pesquisador a estabelecer os pontos de correspondência entre o TO e o TT. E, encontrando os material linguístico e cultural equivalente e não equivalente em ambos os textos, o pesquisador pode facilmente deduzir e avaliar as causas, descrevê-las e por fim propor correcções.

A amostra deste estudo foi composta por catorze (14) textos, equivalentes a sete (7) pares de textos. Esta amostra foi extraída de seis (6) tradutores oficiais que residem e trabalham na cidade da Matola. A cidade da Matola é a capital da Província de Maputo. Província de Maputo é onde está localizada a cidade de Maputo, a capital de Moçambique. A cidade da Matola fica localizada a apenas 10 km de distância a oeste da Cidade de Maputo, concretamente no Bairro Municipal da Matola A, no Posto Administrativo Municipal da Matola Sede. É neste Posto Administrativo onde estão instalados todos os serviços públicos.

Os tradutores foram seleccionados aleatoriamente no seio de uma enorme população de tradutores da cidade da Matola (cerca de 282, segundo os dados de 2022, do Tribunal Judicial da Província de Maputo). A selecção foi feita depois do consentimento dos tradutores em disponibilizar os seus textos para análise. De salientar que o pedido para a participação no estudo e o posterior consentimento foram feitos através de conversa presencial ou telefónica. E, como resultado desse processo, conseguimos colectar os números de textos mencionados acima. Depois de colectados, os textos foram organizados atribuindo-se-lhes códigos PT1,

PT2, PT3, PT4, PT5, PT6 e PT7, a cada par de textos (PT) para melhor controlo na etapa da sua análise.

3.1.1. O corpus

O corpus deste estudo é composto por catorze (14) textos, corresponde a sete (7) pares de textos, recolhidos de seis (6) tradutores oficiais residentes e trabalhadores da cidade da Matola. Trata-se de um corpus linguístico paralelo, construído manualmente, e compara pares de TP e TC. O TP é considerado L1 (inglês), e o TC L2 (português).

4. Resultados e Discussão

Nesta secção, apresentamos os resultados brutos obtidos na análise dos dados, de maneira clara e completa, com recurso a uma tabela, e, em seguida, discutimos o significado desses resultados, de forma aprofundada, em relação aos objectivos da investigação.

4.1. Resultados

Após a análise do corpus, chegamos aos seguintes resultados: erros lexicais – quarenta e cinco (45), erros sintácticos – três (3). Do número dos erros lexicais, trinta e nove (39) erros são causados por deficiências na compreensão das regras de funcionamento da LC, e o não domínio das estratégias de tradução. Desta quantidade, dezoito (18) são erros fruto das dificuldades na tradução de nomes de disciplinas, três (3) são erros resultantes das dificuldades na tradução de nomes de estrutura da organização universitária, dois (2) são erros originados por dificuldades na tradução de nomes de títulos, cargos ou funções académicas, nove (9) são erros cuja fonte são dificuldades na tradução de nomes de instituições de educação e nomes de organização do sistema de educação, oito (8) são erros cuja origem são dificuldades na tradução de designação de documentos e actos administrativos internos de instituições de educação, e, cinco (5) são erros cuja causa são dificuldades na tradução de siglas e acrónimos.

Todos os erros sintácticos são originados por falta de domínio das regras de funcionamento da LC. Os únicos três (3) erros sintácticos decorrem dos desafios impostos pela tradução de expressões fixas, observância da regência e inversão da ordem dos constituintes do sintagma.

4.2. Discussão

A ocorrência de maior número de erros lexicais sugere a falta da subcompetência de resolução de problemas concretos da tradução. Conforme explicamos na secção 2.3. acima, esta subcompetência pressupõe o recurso a estratégias, desde pesquisas terminológicas na Internet, consulta a outros tradutores experientes, entre outras estratégias de aquisição de informação

com vista à resolução do problema de tradução. As evidências de que há falta desta subcompetência nos tradutores em alusão, podem ser verificadas nos erros de tradução de nomes de disciplinas; nomes da estrutura da organização universitária, nomes de títulos, cargos ou funções académicas; nomes de instituições de educação; designações de documentos emitidos por instituições de educação; e, siglas.

Nos erros de tradução originados por dificuldades de nomes de disciplinas, apresentamos como exemplos, os seguintes erros: *Computer Fundamentals and Programming* ⇔ *Introdução à informática e programação – PT1. Pensamos que há aqui um erro de tradução porque a expressão traduzida não é equivalente à expressão original inglesa. Portanto, estimamos ainda que essa equivalência podia ter sido mantida por meio da literalidade. Ou melhor, o tradutor devia ter traduzido o termo de maneira literária. Há contextos na tradução em que o tradutor precisa de ser tão literal quanto possível. Entretanto, o tradutor não precisa ser literal em alguns contextos excepcionais. Esses contextos são aqueles em que a tradução literal cria uma diferença notória no significado da palavra, frase ou parágrafo nas línguas e culturas em questão. No caso do exemplo atrás, o significado da palavra *fundamental* em português é “fundamento” e não “introdução” como aparece na tradução. O mesmo erro de tradução também ocorreu na tradução dos seguintes nomes: *Principles of Communication* ⇔ *Introdução à comunicação, e, *Fundamental of Rhythmic Dances* ⇔ *Introdução à danças rítmicas – Ambos termos extraídos do PT1. Sugestões de traduções: “Princípios da Comunicação”, e, “Fundamento de Danças Rítmicas”, respectivamente.

No caso de certificado de habilitações, a troca no significado de nomes, *principles* para “introdução” no lugar de “princípios”, e, *fundamental(s)* para também “introdução” no lugar de “fundamento(s)”, pode ter consequências bastante negativas. Se, por exemplo, a tradução for submetida para efeitos de candidatura de bolsa de estudo ou emprego, e um dos requisitos de admissão for a constância da(s) disciplina(s) que, por coincidência, é/são a(s) que foi/foram erradamente traduzida(s), no certificado do candidato, este pode ser automaticamente eliminado por se presumir que não fez a(s) disciplina(s), quando, na realidade, a(s) disciplina(s) consta(m) no seu certificado original. Portanto, a nossa sugestão para a tradução do termo é: “Fundamentos e Programação de Computadores”.

O outro exemplo, é a tradução do nome da seguinte disciplina: *Institute Elective* ⇔ *Instituto Electivo – PT6. Julgamos que ocorreu um erro de tradução aqui, pois, o termo traduzido não é equivalente ao termo original inglês. Também concebemos que o que deve ter causado essa inequivalência é, claramente, a literalidade. Diferentemente dos exemplos acima em que a

literalidade é necessária, aqui, já não. Isso porque o sentido do termo precisa de ser adaptado e adequado ao contexto académico da LC. Existe uma definição do termo na LP oferecida pela Internet, mas, não existe uma definição do termo na LC. A definição do termo é equivalente a definição de “disciplina opcional, adicional ou electiva”, na LC, e não, efectivamente, “instituto opcional, adicional ou electivo”, como a tradução sugere. A palavra “instituto” \Leftrightarrow *Institute* transmite a ideia de “instituição”, “instituir”, “estabelecer”, “iniciar”. Assim sendo, a nossa sugestão de tradução do termo é “Disciplina Opcional ou Adicional ou Electiva”.

Nos erros de tradução causados por dificuldades de tradução de nomes relacionados à organização universitária, trazemos como exemplos os seguintes erros: *Academic Council* \Leftrightarrow *Registo académico – PT1. Achamos que mais uma vez, a falta de equivalência entre a tradução e o seu respectivo TO está por detrás da ocorrência do erro de tradução. Socorrendo-se da técnica da validação da tradução por retradução, chega-se ao seguinte resultado: Registo académico \Leftrightarrow *Academic Registry*. Como se pode depreender, o resultado da retradução é *Academic Registry*, um termo, portanto, diferente de termo original *Academic Council*. Então, o tradutor podia ter optado pela verificação da tradução através da definição do termo, e de seguida, a comparação desta definição com a definição do termo original na Língua do Texto Original (LTO). E, por definição, “Conselho Académico” é “diferente de Registo Académico”. Assim, a nossa sugestão de tradução do termo é “Conselho Académico”.

Office of the Registrar \Leftrightarrow *A Reitoria – PT1. Também, aqui, supomos que ocorreu um erro de tradução, visto que, os termos não são, manifestamente, equivalentes, nem de longe, nas duas línguas envolvidas no processo de tradução. Retraduzindo o termo “reitoria” o resultado é surpreendentemente, *rectory*. De acordo com o dicionário *Cambridge Academic Content Dictionary* (2009), o sentido de *rectory* é muito diferente do sentido de *Office of the Registrar*. Segundo o mesmo dicionário *Rectory* significa “gabinete de um reitor”. Já *Office of the Registrar* significa, tão simplesmente, “registo académico”. Por isso, a nossa proposta de tradução do termo é “Direcção do Registo Académico”. Além de esta tradução parecer ser a mais fiel ao termo original inglês, ela também soa mais natural na língua e cultura de chegada. Nos erros de tradução provocados por dificuldades de tradução de cargos académicos, temos como exemplos os seguintes erros: *Dean* \Leftrightarrow *Reitor; e, *Registrar* \Leftrightarrow *Registo Académico – PT1. Consideramos que existem erros de tradução nestes dois termos, porque, nos contextos em que estão inseridos, os significados das traduções não correspondem aos significados dos originais. Estes erros ocorreram devido às divergências culturais existentes entre a cultura académica de partida e de chegada. Geralmente, para proceder à tradução de cargos recorre-se

frequentemente às estratégias de tradução instrumental ou documental. De acordo com Nord (1991a e 1997), as estratégias de tradução instrumental e documental permitem adaptar e adequar o termo às convenções dos falantes da língua e cultura de chegada. Ambas as estratégias assentam no conceito funcional, o qual enfatiza a compreensão da função dos recursos do TP, e a consequente selecção da estratégia de tradução mais apropriada à finalidade da tradução.

Dos exemplos acima, conclui-se que a não adaptação e adequação dos cargos às convenções da cultura académica de chegada, por parte do tradutor, gerou equívocos. Isso porque existem diferenças substanciais relativas às funções desempenhadas pelos cargos mencionados. Posto isto, as propostas de tradução para ambos os termos são: “Director da Faculdade” e “Director(a) do Registo Académico/Funcionário(a) do Quadro da Instituição/Chefe da Secretaria”.

Nos erros de tradução ocasionados por dificuldades de tradução de nomes de instituições de educação, tomamos como exemplos, os seguintes erros: *Nr. Vishwakarma Government Engineering College* ⇔ *Faculdade de Engenharia Governamental Nr. Vishwakarma. – PT6. Reputamos que há aqui um erro de tradução porque a tradução não corresponde ao original. A incorrespondência decorre da existência de erro na formação do nome, que se consubstanciou na designação errónea do tipo de instituição do ensino. O desconhecimento das estratégias de tradução devem ter estado por detrás do sucedido. *College* não é a mesma coisa que *faculty* ⇔ “faculdade”. A definição de *college* no glossário *online Higher Education Glossary*¹, corresponde à definição de “instituto superior” no dicionário *online Dicionário Informal*². Mesmo para o contexto moçambicano, esta definição é válida a avaliar pela cultura académica em prática no país.

Convém vincar ainda que as designações das instituições contêm dois tipos de conteúdo: a identificação do tipo de estabelecimento de ensino e, eventualmente, a área de competência. Este último conteúdo é fornecido, geralmente, através dos adjetivos ou através dos atributos com sintagma preposicional procedentes (*Instituto Superior de Ciências de Saúde*, *Instituto Superior de Estudos de Defesa*). Na língua portuguesa, o topónimo é nomeado sempre após a designação da instituição com a preposição de origem “de” (por exemplo, *Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique*, *Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique*). Assim sendo, juntando as duas regras, a nossa sugestão de tradução para o nome é “Instituto Superior de Engenharia de Nr. Vishwakarma”.

Camarines Sur Polytechnic Colleges – PT1. Tomamos por errada a tradução deste nome por “*Camarines Sur Polytechnic Colleges”, porque ela foi mantida assim como está na LP, quando devia ter sido traduzida. O princípio da intraduzibilidade preconiza que só não se traduz aquelas

palavras ou expressões que não possuem equivalentes tradutórios na LC (MALMKJÆR, 2019). Mas, este não é o caso da nossa expressão *Polytechnic Colleges*. Ela tem equivalente tradutório na LC, neste caso vertente, o português. A expressão é frequentemente traduzida para “Instituto Superior Politécnico” (IATE, LINGUEE, GOOGLE TRANSLATE, DEEPL TRANSLATE, REVERSO). Como mencionamos nos parágrafos anteriores, os nomes dos estabelecimentos de ensino são geralmente traduzidos, pois, eles não transmitem apenas o nome próprio da instituição, mas também especificam/dão informação sobre a sua área de competência. Esta informação é importante para a identificação da instituição. O tratamento que o tradutor deveria ter dado a este substantivo composto é análogo ao que é dado às designações compostas por topónimos, aos nomes próprios e substantivos comuns. Por essa razão, a nossa sugestão de tradução para o nome composto é “Instituto Superior Politécnico de Camarines Sur”.

Em outros contextos, o topónimo surge directamente após o substantivo comum (apelativo), sem qualquer preposição, por exemplo, *Woodrose International School* ⇔ **Woodrose International School* – TP5. A interpretação é a mesma que foi feita nos parágrafos acima. O nome deve ser traduzido. Esta não-tradução do nome revela a falta de subcompetência estratégica. Para a tradução de nomes de estabelecimentos de ensino, tem se recorrido, também, à técnica de decalque. De acordo com Barbosa (1990: 83), o procedimento de decalque “consiste em traduzir literalmente sintagmas ou tipos frasais da Língua Original (LO) no Texto na Língua da Tradução (TLT)”. Assim, as classes gramaticais dos constituintes do sintagma no Texto na Língua Original (TLO) são as mesmas que as classes gramaticais dos constituintes do sintagma no TLT. Posto isto, achamos que esta técnica é a mais adequada para a tradução desta estrutura, porque ela assegura que o significado original seja preservado, evitando o uso de estrangeirismo ou empréstimo. Além disso, a tradução da estrutura à letra ou o mais literalmente possível, garante que não haja o risco de se mencionar uma instituição, na Cultura de Chegada (CC), que possivelmente não exista na Cultura de Partida (CP). Proposta de tradução: “Escola internacional Woodrose”.

Nos erros de tradução suscitados por problemas de tradução de siglas e acrónimos, expomos como exemplos, os seguintes erros: *MSCE (Malawi School Certificate of Education)* ⇔ **CEEM* (Certificado de Educação Escolar do Malawi) – PT4. Entendemos que se deu um erro na tradução desta sigla, pois, ela não é equivalente à sua contraparte do TO. A tradução de siglas depende do contexto em que elas são utilizadas e da sua ampla aceitação internacional. Sendo assim, as palavras que compõem as iniciais da sigla são geralmente traduzidas, caso

sejam traduzíveis. E, a sigla somente é traduzida se ela tiver equivalente tradutório na língua e cultura de chegada.

No caso da sigla em análise, ela não tem correspondente tradutório directo conhecido internacionalmente. Portanto, traduzir a expressão completa, e formar uma nova sigla utilizando as iniciais das palavras traduzidas, pode gerar risco de confusão, dado que ela não é amplamente reconhecida, ou não é do uso comum. Como se pode depreender do exemplo, a nossa sigla resulta do processo de “invenção” de nova sigla. Contudo, esta sigla não é internacionalmente reconhecida como uma referência ao tipo de documento em causa. E, isso pode afectar negativamente a localização da referência correcta do documento caso alguém queira pesquisar a sigla traduzida. Nesse sentido, pensamos que o tradutor teria optado em traduzir as palavras que compõem a sigla, e manter a sigla tal e qual no TLO. Proposta de tradução: Certificado de Educação Escolar do Malawi (MSCE).

Em contrapartida, a sigla *DBMS* no termo *Distributed DBMS* (PT6) possui a sua respectiva sigla equivalente oficial na LC. Mas entretanto, o tradutor manteve essa sigla no TLT tal e qual no TLO, como se ela não tivesse a sua respectiva sigla oficial equivalente na língua e cultura de chegada, *DBMS Distribuído. A modalidade de tradução da sigla tinha que ser traduzir a expressão completa para o português, e, colocar a sigla correspondente directa em português, entre parêntesis, uma vez que esta existe no contexto exacto da língua e cultura de chegada.

Esta sigla possui Proposta de tradução: SGBD (Sistema de Gestão de Base de Dados) Distribuído (IATE, LINGUEE).

Nos erros de tradução fomentados por problemas de tradução de estruturas sintácticas, indicamos como exemplos, os seguintes erros: *On-the-Job Training* ⇔ *Formação ao trabalho – PT1. Julgamos que se verifica aqui um erro de tradução, na medida em que os dois termos não são equivalentes. Esta é uma expressão fixa típica. De acordo com Baker (1992: 63, tradução nossa), expressão fixa é um “padrão congelado da língua que permite pouca variação ou nenhuma na forma”. Ou dito por outras palavras, expressão fixa é uma combinação de palavras usadas semanticamente juntas para expressar uma ideia ou um conceito particular. Geralmente, a forma desse grupo de palavras não varia, o que lhe permite ter um significado mais específico do que as palavras individuais. Na maioria das vezes, a definição, o sentido e o significado das expressões fixas também têm sido fixos, em quase todas as línguas.

Por isso, pensamos que para além de recorrer ao método da tradução instrumental, que permite que o sentido da expressão seja mais natural e fielmente representado no par de línguas, o tradutor poderia, igualmente, optar pela via mais fácil que é de pesquisar o significado da expressão nos dicionários e nas memórias de tradução, e copiar, simplesmente, o resultado da

pesquisa. Dado isso, o erro levanta mais uma vez a hipótese de existência de lacunas na subcompetência estratégica do tradutor. Proposta de tradução: Formação no Local de Trabalho. *Introduction to 3D Animation* ⇔ *Introdução a Animação em 3D – PT3. Também estimamos que aconteceu um erro de tradução aqui, porque os dois termos não são equivalentes no par de línguas. A não equivalência dos termos foi desencadeada por erro na composição da estrutura lexical de todo o sintagma nominal no TLT. O sintagma nominal (SN) inclui o nome (*Introduction* ⇔ introdução), que é o núcleo lexical, e o seu respectivo argumento interno (*to 3D Animation* ⇔ *a Animação 3D). De salientar que “3D” é um modificador adjetival que desempenha o papel de complemento. A grelha de subcategorização desta estrutura lexical no TLO é dada por: [SN1[SP_{to}[SN2]]]. Ou seja: SN1 → N, SP₁ → PREP_{to} + SN2, SN2 → D + N. Em oposição, a grelha de subcategorização da mesma estrutura no TLT leva a seguinte configuração: [SN1[SN2[SP_{em}]]]. Ou por outra, SN1 → N, SN2 → D + N, *SP → PREP_{em} + SN3, SN3 → D + N.

Como demonstramos no parágrafo anterior, o núcleo sintagmático N selecciona um SP_a, e não, efectivamente, um SN, como é mais comum na língua portuguesa. Este comentário está também alinhado com o que Mateus *et al.* (2003: 330) diz acerca da estrutura lexical dos SNs em português. Segundo os autores, “a realização mais comum dos argumentos nominais é sob a forma de SPs, posicionados à direita do núcleo lexical, em posição de complemento”. O erro na observância escrupulosa da regência nominal teve, igualmente, repercussões no valor semântico do SN. Dessa forma, sugerimos a seguinte tradução para o nome é: Introdução à Animação 3D.

A terminar, quanto ao erro de tradução promovido por estruturas sintácticas que apresentam anomalias no posicionamento dos seus elementos constituintes, referimo-nos como exemplo, o seguinte erro: *Advanced Engineering Mathematics* ⇔ *Engenharia matemática avançada – PT1. Supomos que existe um erro aqui porque a versão portuguesa do nome não corresponde à sua respectiva contraparte inglesa. A estrutura nominal em inglês é sintacticamente projectada na cadeia lexical por meio da combinação de um adjetivo e dois substantivos (ADJ + N + N). O núcleo lexical (*Engineering Mathematics*) estabelece uma relação de natureza estrutural e dependencial com o seu complemento (*advanced*), um modificador, que categorialmente é um adjetivo. No entanto, esta propriedade configuracional e dependencial não se reflecte na estrutura nominal em português. O núcleo sofreu uma transposição e passou a ser “Engenharia Matemática”, cuja retradução é *Mathematical Engineering*, um termo que não corresponde ao termo original. Esta troca de posição dos elementos do sintagmas teve consequências

semânticas na medida em que os papéis semânticos ficaram igualmente invertidos. A justificação e a explicação deste erro insinua a presença de problemas na subcompetência linguística do tradutor. Proposta de tradução: Matemática de Engenharia Avançada.

5. Considerações Finais

Esta investigação pretendeu identificar os erros de tradução comuns que ocorrem em certificados de habilitações traduzidos por tradutores juramentados moçambicanos, perceber as causas da ocorrência dos erros, e recomendar medidas capazes de conter e/ou diminuir a ocorrência dos erros. Todos estes objectivos foram alcançados. Contudo, para o alcance dos mesmos foi necessário a construção de um corpus. A análise do corpus permitiu concluir que os erros mais frequentes nas traduções de certificados de habilitações feitas por tradutores juramentados moçambicanos são os erros lexicais, e a seguir são os erros sintácticos.

Ainda, a análise do corpus possibilitou inferir que o fraco domínio das línguas de trabalho e das estratégias de tradução estão na origem da ocorrência dos erros. Diante disso, e com vista à melhor compreensão da problemática de erros de tradução no contexto da tradução profissional em Moçambique, propomos que sejam realizadas mais pesquisas sobre o tema, abrangendo outras grandes cidades do país, e envolvendo maior número possível de participantes.

6. Recomendações

Em função dos problemas observados, conceitos explorados, análises realizadas, resultados obtidos e discussões levadas a cabo, algumas recomendações podem ser formuladas para os tradutores: (1) continuar incessantemente a busca por melhores técnicas avançadas de pesquisa, e procurar sempre aprimorá-los; e, (2) criar hábito de ler literatura ou matérias da internet sobre os sistemas de educação inglês e norte-americano, incluindo o moçambicano, desde a organização, estrutura até o funcionamento, pois, muitos sistemas de educação dos países anglófonos inspiram-se nos sistemas inglês e norte-americano. E, isso melhoraria imenso no domínio da terminologia usada especificamente nos certificados de habilitações, emitidos nos países da tradição académica anglófona e lusófona.

Referências bibliográficas

ALBI, A. B. & RAMOS, F. P. (eds). ‘Legal Translation: The State of Affairs’. In ALBI, A. B. & RAMOS, F. P. (eds.). **Legal Translation in Context: Professional Issues and Prospects**. Alemanha: Peter lang, 2015. pp.1-6.

ALBIR, A. H., *et al.* Translation Competence Acquisition: Design and Results of the PACTE Group's Experimental Research. **The Interpreter and Translator Trainer**, v. 14, n.º 2, pp.95-233. DOI: <https://doi.org/10.1080/1750399X.2020.1732601>.

ALTARABIN, M. **The Routledge Course on Media, Legal and Technical Translation: English-Arabic-English**. Nova Iorque & Londres: Routledge, 2021. 263 p.

ANGELELLI, C.V. 'Using a Rubric to Assess Translation Ability: Defining the Construct'. In ANGELELLI, C.V. & JACOBSON, H.E. (Eds). **Testing and Assessment in Translation and Interpreting Studies: A call for Dialogue Between Research and Practice**. American Translators Association Scholarly Monograph Series XIV. Amsterdão e Filadélfia: John Benjamins, 2009. pp.13-47.

BAKER, M. **In Other Words: A Coursebook on Translation**. Londres & Nova Iorque: Routledge, 1992. 295 p.

BARBOSA, H. G. **Procedimentos Técnicos da Tradução: Uma Nova Proposta**. 3.^a ed. São Paulo: Pontes Editores, 1990. 138 p.

BRISLIN, R.W. Back-translation for Cross-cultural Research. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, [s.l], v. 1, n.º 4, pp.185-216, 1970. DOI: <https://doi.org/10.1177/135910457000100301>.

BRISLIN, R.W. 'The Wording and Translation of Research Instruments'. In LONNER W. L. & BERRY, J.W. (Eds). **Field Methods in Cross-cultural Research**. Beverly Hills, Califórnia: Sage, 1986. pp.137-164.

CAMBRIDGE ACADEMIC CONTENT DICTIONARY. 1.^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

COLINA, S. **Teaching Translation: From Research to the Classroom**. Nova Iorque: McGraw Hill, 2003. 174 p.

COLINA, S. Translation Quality Evaluation: Empirical Evidence for a Functional Approach. **The Translator**, [s.l], v. 14, n.º 1, pp.97-134, 2008.

COLINA, S. Further Evidence for a Functional Approach to Translation Quality Evaluation. **Target**, [s.l], v. 21, n.º 2, pp.215-244, 2009.

COLINA, S. **Fundamentals of Translation**. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press, 2015. 336 p.

COLINA, S. *et al.* Translation Quality Assessment in Health Research: An alternative to Back Translation. **Evaluation and the Health Professions**, v. 40, n.º 3, pp.267-293, 2017.

COLINA, S. 'Quality, translation'. In BAKER, M. & SALDANHA, G. **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. 3.^a ed. Nova Iorque & Londres: Routledge. pp.458-463, 2020.

CATFORD, J. C. **A linguistic Theory of Translation: An Essay in Applied Linguistics**. Oxford: Oxford University Press. 103 p.

CHOMSKY, N. **Knowledge of Language**. Nova Iorque: Praeger, 1986. 307 p.

COMISSÃO EUROPEIA. **European Master's in Translation: Competence Framework**. p.12, 2017.

COSTA, S. R. **Dicionário de géneros textuais**. 2.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 40 p.

DERRIDA, J. ‘What is a “relevant” translation?’ In VENUTI, L. **The Translation Studies Reader**, 2.^a ed. Nova Iorque: Routledge, 2004. pp.180-192.

ENGBERG, J. Comparative Law for Legal Translation: Through Multiple Perspectives to Multidimensional Knowledge. **Int. J. Semiot. Law.** [s.l], v. 33, [s.n], pp.263-282, 2020. <https://doi.org/10.1007/s11196-020-09706-9>

GOUADEC, D. Comprendre, Évaluer, Prévenir: Pratique, Enseignement et Recherche Face à L'erreur et à la Faute en Traduction. **TTR (Traduction, Terminologie, Rédaction)**, [s.l], v. 2, n.^o 2, pp.35-54, 1989.

HOUSE, J. **A Model for Translation Quality Assessment**. 1.^a ed. Tübingen: Narr, 1977. 344 p.

HOUSE, J. **A Model for Translation Quality Assessment**. 2.^a ed. Tübingen, Narr, 1981. 344 p.

HOUSE, J. **Translation Quality Assessment: A Model Revisited**. 3.^a ed. Tübingen: Narr, 1997. 202 p.

HOUSE, J. Translation Quality Assessment: Linguistic Description versus Social Evaluation. **Meta**. [s.l], v. 46, n.^o 2, pp.243-257, 2001. DOI: <https://doi.org/10.7202/003141ar>.

HOUSE, J. **Translation Quality Assessment: Past and Present**. Nova Iorque & Londres: Routledge, 2015.

HOUSE, J. **Translation: The basics**. Nova Iorque & Londres: Routledge, 2018. 223 p.

KENNY, D. ‘Equivalence’. In BAKER, M. & SALDANHA, G. (Eds.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Nova Iorque: Routledge, 2011. pp. 96-99.

KUPSCH-LOSEREIT, S. ‘The Problem of Translation Error Evaluation’. In CHRISTOPHER, T. & HIEKE, A. E. (eds). **Translation in Foreign Language Teaching and Testing**. Tübingen: Narr, 1985. pp.169-179.

LAUSCHER, S. Translation Quality Assessment: Where Can Theory and Practice Meet? **The Translator**, [s.l], v. 6, n.^o 2, pp.149-168, 2000.

MALMKJÆR, K. ‘On the (Im)possibility of Untranslatability’. In LARGE, D. *et al.* (eds.). **Untranslatability: Interdisciplinary Perspectives**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2019. pp.41-48.

MATEUS, M. H. M. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003. 1076 p.

NIDA, E. A. **Toward a Science of Translating: With Special Reference to Principles and Procedures Involved in Bible Translating**. Leiden: E. J. Brill, 1964. 352 p.

NIDA, E. A. & TABER, C. **The Theory and Practice of Translation**. Leiden: E. J. Brill, 1982. 218 p.

NORD, C. **Text Analysis in Translation: Theory, Methodology and Didactic Application of a model for Translation-Oriented Text Analysis**. Amesterdão: Rodopi, 1991a. 250 p.

NORD, C. La evaluación de errores en la enseñanza de traducción. In SUMMARY OF POSTGRADUATE COURSE GIVEN IN THE UNIVERSIDAD DE LAS PALMAS, Canarias, 1993.

NORD, C. ‘El Error en la Traducción: Categorías y Evaluación’. In Albir, H. (ed.). **La Enseñanza de la Traducción**. (Estudis sobre la traducció 3). Castelló: Universitat Jaume I, 1996a. pp.91-107.

NORD, C. Revisiting the Classics: Text Type and Translation Method: An Objective Approach to Translation Criticism. **The Translator**. [s.l], v. 2, n.º 1, pp. 81-88, 1996b.

NORD, C. **Translating as a Purposeful Activity: Functionalist Approaches Explained**. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997. 154 p.

NORD, C. Training functional translators. **Cadernos de Tradução**. Santa Catarina, v. 1, n.º 5, pp.27-46, 2000. DOI: 10.5007/5606.

NORD, C. **Text Analysis in Translation: Theory, Methodology and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis**. 2^a ed. Amesterdão: Rodopi, 2005b. 274 p.

NORD, C. Erros y faltas en la traducción. Universidad de Alicante, 8 de Novembro de 2016, 2016a.

NORD, C. Skopos and (Un)certainty: How Functional Translators Deal with Doubt. **Meta**. Montreal, v. 61, n.º 1, pp.29-41, 2016c. DOI: <https://doi.org/10.7202/1036981ar>.

NORD, C. **Translating as a Purposeful Activity: Functionalist Approaches Explained**. 2.^a ed. Nova Iorque & Londres: Routledge, 2018. 153 p.

PYM, A. ‘Translation Error Analysis and the Interface With Language Teaching’. In DOLLERUP, C. & LODDEGAARD, A. (eds.). **Teaching Translation and Interpreting: Training, Talent and Experience**. 1992a, pp.279-288. (PAPERS FROM THE FIRST LANGUAGE INTERNATIONAL CONFERENCE ELSINORE, DENMARK, 31 DE MAIO – 2 JUNHO DE 1991) (Copenhagen Studies in Translation).

PALAZUELOS, J. C. *et al.* (1992). El error en traducción. Departamento de Traducción. Instituto de Letras, Universidad Católica de Chile: número especial de la revista Taller de Letras.

REISS, K. **Translation Criticism: The Potentials and Limitations. Categories and Criteria for Translation Quality Assessment**. Nova Iorque & Londres: St. Jerome & American Bible Society, 2000. 121 p.

ŠARČEVIĆ, S. Conceptual Dictionaries for Translation in the Field of Law. **International Journal of Lexicography**. [s.l], v. 2, n.º 4, pp.277-293, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1093/ijl/2.4.277>.

ŠARČEVIĆ, S. **New approach to legal translation**. Haia/Londres/Boston: Kluwer Law International, 1997. 308 p.

ŠARČEVIĆ, S. ‘Making Multilingualism Work in the Enlarged Europe Union’. In Kredens, K. & Goźdź-Roszkowski, S. **Language and the Law: International Outlooks**. Frankfurt am Mein: Peter Lang, 2007. pp.35-56.

SHUTTLEWORTH, M. & COWIE, M. **Dictionary of Translation Studies**. Nova Iorque & Londres: Routledge, 1997. 252 p.

The American Heritage Dictionary of The English Language. (3^a ed.). (s.d.). [s.l.]. [s.n.].

PEREIRA DE ALMEIDA, F. Desafios da Tradução do Género Textual Certificados. 2015. Projecto de Dissertação (Mestrado em Tradução Especializada) – Curso de Mestrado em Tradução Especializada, Universidade de Aveiro, 2015.

TYUPA, S. A Theoretical Framework for Back-translation as a Quality Assessment Tool. **New Voices in Translation Studies**, [s.l], v. 7, [s.n], pp.35-46, 2011.

VÁZQUEZ RODRÍGUEZ, A. El Error de Traducción en la Localización de Videojuegos: El Caso de Breath of Fire: Dragon Quarter. **Sendebar: Revista de la Facultad de Traducción e Interpretación**, [s.l], [s.v], n.^o 48, pp.267-297, 2016. DOI: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/sendebar/article/view/3174/5062>.

WADDINGTON, C. Different Methods of Evaluating Student Translations: The Question of Validity. **Meta, Translators’ Journal**, [s.l], v. 46, n.^o 2, pp.311-325, 2001a. DOI: <https://doi.org/10.7202/004583ar>.

WADDINGTON, C. Should Translations be Assessed Holistically or Through Error Analysis? **Hermes - Journal of Language and Communication in Business**, v. 14, n.^o 26, pp.15-37, 2001b. DOI: <https://doi.org/10.7146/hjlc.v14i26.25637>.

WILLIAMS, J. & CHESTERMAN, A. **The Map: A Beginner’s Guide to Doing Research in Translation Studies**. 5^a ed. Nova Iorque & Londres: Routledge, 2011. 139 p.

WILSS, W. **The Science of Translation: Problems and Methods**. Tübingen: Narr, 1982. 292 p.

ZIDAN, A. A. Y. M. **A Linguistic Analysis of Some Problems of Arabic-English Translation of Legal Texts, with Special Reference to Contracts**. Reino Unido: Cambridge Scholars, 2015. 110 p.

¹Disponível em <https://acue.org/wp-content/uploads/2023/04/Higher-Education-Glossary.pdf> (acedido em 28.01.2025).

²Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/universidade/institutosuperior/> (acedido em 28.01.2025).